

Vinte temas sobre os centros históricos na América Latina

Fernando Carrión

Resumo

Com a volta da prioridade à cidade construída, o centro histórico cobra um sentido diferente, apresentando novos desafios à cidade, à economia, à cultura e à política. Essa nova tendência explica-se, entre outras causas, pelos câmbios demográficos da América Latina, pelo desenvolvimento científico-tecnológico no âmbito da comunicação e pela consolidação dos mercados globais. A confluência de um novo padrão de urbanização com os processos de privatização e a degradação do centro histórico levam a valorizar a centralidade histórica e prantear a necessidade de desenvolver novas metodologias, técnicas e teorias que sustentem a interpretação e atuação sobre eles. Assim, abrem-se novas perspectivas analíticas e de intervenção nos centros históricos da América latina, as quais propendem à superação do paradigma que parte do monumental – como fato inicial e definitivo –, abstraindo os contextos econômicos, sociais e históricas.

Conceitos

Centralidade, Centro histórico, Conservação, Espaço, Patrimônio, Reabilitação.

1. Os centros históricos na Urbanização atual

A urbanização na América Latina tem três grandes determinações na atualidade: a) as mudanças demográficas, que se expressam fundamentalmente na diminuição das taxas de urbanização e no direcionamento dos fluxos tradicionais da população; b) a globalização, que integra mercados, cultura e política, requer lugares estratégicos (cidades) para se projetar; e c) a revolução científico-tecnológica no campo das comunicações, que produz a aproximação de territórios distantes e uma transformação em espaços de conformação cultural (da aula e do “agora” à televisão) (Carrión F. 2000)

Esses fenômenos dão lugar à conformação de um novo padrão de urbanização, caracterizado pelo seu desenvolvimento qualitativo e endógeno – próprio do regresso à cidade construída –, que supera o quantitativo, exógeno e periférico, nascido no segundo pós-guerra. Nesse contexto, a centralidade histórica adquire uma nova qualidade e função que, apesar disso, fica pendente ainda conhecer qual é.

2. O Conceitual

Com o câmbio da funcionalidade das centralidades urbana e histórica, existe a necessidade de revisar os conceitos

da teoria e a prática da reabilitação dos centros históricos na América Latina, ainda mais se nos encontramos em outra fase da urbanização que coloca em questão o marco conceitual com o qual vínhamos trabalhando. Muda-se o objeto empírico. O lógico é que se modifiquem os instrumentais teórico-metodológicos com os quais se entendem o objeto. Assim, que os temas metropolização, periferação, planejamento urbano, etc. cedem aos novos de competitividade, planificação estratégica, poder local, descentralização e cosmopolização, dentre outros, os quais nos dizem de uma nova terminologia que constrói uma nova concepção de cidade e, portanto dos centros históricos.

Daí que não seja casual que se viva um momento de transição no tema – que inclusive, tem levado alguns autores a afirmar que estamos vivendo um cambio de paradigma ou uma ruptura epistemológica –, que se expressa num duplo trânsito: da conceitualização físico-espacial a uma visão holística e integral do objeto do conhecimento, e de um marco institucional de gestão que vai desde o nacional ao local e do público ao privado.

Existe a necessidade de revisar os conceitos da teoria e da prática da reabilitação dos Centros Históricos em América Latina, não só porque se observam ausências temáticas e debilidades metodológicas – o que não deve levar a acreditar que resolvendo essas debilidades se reconstrói a temática¹ – senão porque ademais se evidencia a necessidade de voltar a discutir a respeito do objeto de conhecimento e da atuação, isto é, das categorias constitutivas do campo², dentre as quais se podem mencionar as do cen-

1 Por exemplo, quando se introduz a noção de patrimônio intangível se produz um corte metodológico dicotômico excludente, entre o tangível e inatingível (o é o um ou o outro) e define o inatingível pelo que não é (não e tangível) e esvazia ao definido como tangível de seu caráter social (por tanto histórico). Algo parecido ocorre quando se introduz a “variável social ou econômica” ao conceito centro histórico (ver carta de Quito), por que se faz por somatória (algo mais ao mesmo) ou simplesmente com um caráter funcional do contexto; porem nunca como essência.

2 Coraggio (1998) define a categoria como “Aquela determinação de existência, constitutiva de um campo de fenômenos delimitado científica e não empiricamente.”

tro, área ou centro histórico, sujeito patrimonial, patrimônio e centralidade.

3. O Universo dos Centros Históricos

Os centros históricos na América Latina têm uma diversidade de situações tão grande que é difícil e inconveniente tratá-los como se fossem realidades únicas e homogêneas. Essa afirmação pode ser corroborada por meio da distinta qualidade patrimonial (p.ee. entre Medellín e Lima), do tempo da intervenção (recente ou antiga), da quantidade de população (seja residente, usuária ou turística), dos diferentes tipos de cidades (capitais, metropolitanas, intermédias e pequenas), da institucionalidade que atua (nacional ou local, pública ou privada) ou das origens históricas. Existem centros históricos que se iniciam, por exemplo, nos períodos pré - hispânico (Cuzco), colonial (Quito), republicano (Santiago) ou moderno (Brasília), que desemboca em que, por um lado, possam existir vários centros históricos no interior de uma cidade e, por outro, que os centros históricos se configurem ao longo da história e não, como se pensa, somente num período, e associado geralmente ao da fundação da cidade.

Tal universo altamente diferenciado dos centros históricos é uma característica interessante a ser remarcada, porque expressa a grande riqueza que eles têm, e a necessidade de estabelecer tipologias. Também deve levar a pôr em questão as clássicas reduções de modelos, que tentam impor, encaixilhar ou vender modelos externos a cada uma das realidades, como forma de replicar ou reproduzir os chamados casos bem sucedidos.³

4. Necessidade de construir uma história dos Centros Históricos

Existe a necessidade de construir uma história dos Centros Históricos da América Latina, se conhecer o que se tem feito e o estado em que se encontram. Trata-se de construir a memória dos centros Históricos, e não vê-los simplesmente como memória. Para isso, deve iniciar-se um debate a respeito dos critérios a serem utilizados para realizar o exercício. Teriam que ser definidos alguns aspectos:

1) Descrição do processo de constituição e desenvolvimento dos centros históricos ao longo do tempo, isso é, a construção de uma história dos centros históricos.

2) Construção de cidades paradigmáticas em momentos-chaves, dentre as que estão Cuzco, Santo Domingo, México, Bahia e Quito. A sua formulação serve para reconhecer o papel desempenhado pelas cidades e também para mostrar o perigo que significa ter referentes que têm pouco a ver com outras realidades.

3) A evolução dos conceitos utilizados: começou-se com o conceito de monumento isolado, veio depois o monumento no seu contexto, depois esse contexto como monumento (podendo ser uma área urbana monumento) e, finalmente, a descontinuidade monumental. Hoje, começa-se a quebrar esta visão monumentalista e espacial - herdeira da tradição européia⁴ - com entradas holísticas, em que o social e o econômico têm um peso singular. Haveria que analisar as influências metodológicas provenientes, por exemplo, do passo das "cartas" à tentativa de construção de teorias. Temos sido adictos ao "gênero epistolar" e muito pouco dados à reflexão teórica. Assim estão as cartas de Atenas, Veneza, Quito ou Cuzco, que levam o nome da cidade onde se encontraram as elites tecnocráticas do tema e que terminaram sendo uma coleção de receitas abstratas para realidades concretas, as quais impediram o conhecimento e a intervenção de acordo com a riqueza de cada centro histórico.

4) As modalidades de gestão ou de intervenção. Diz-se que existe uma tendência que passa por acionar certos "notáveis" à institucionalização das políticas públicas no âmbito central-nacional para posteriormente se descentralizar aos municípios e depois se fomentar a privatização.

5. Uma Periodização dos Centros Históricos

A intervenção nos centros históricos tem uma história não menor a 50 anos de existência e pode caracterizar-se a partir de três momentos específicos:

Um primeiro de antecedentes, no qual se configura a área pela indiferença que se estabelece para com a cidade (a parte do todo). É concebido como um bairro e conta com uma política que procura legitimar essa diferenciação, baseando-se na delimitação do espaço urbano e na realização de inventários arquitetônicos. São atos dispersos, empreendidos por certos "notáveis", provenientes das classes acomodadas e elites ilustradas.

Um segundo, no qual se produz a distinção funcional e espacial entre os dois tipos de centralidade: a urbana e a histórica. A partir desse momento, com a aceleração do processo de urbanização, o desenvolvimento para dentro com a substituição de importações e o Estado de bem-estar, impulsionam-se políticas nos centros históricos com critérios "nacionalistas", que põem ênfase cultural a partir de organismos estatais nacionais.

Um terceiro, inscrito no processo de globalização e da reforma do. Nesse caso, a gestão impulsiona-se sob a descentralização e a privatização do marco institucional, e a ótica da gestão tende a desenvolver-se sob a lógica

3 Os casos podem existir na medida em que nenhuma cidade tem resolvido seus problemas, se bem é justo reconhecer que cada cidade tem encontrado alternativas a algum de seus problemas.

4 Hardoy (1992, 33) assinala: "Em Iberoamérica, não foi como na Europa, provocada pela necessidade de iniciar obras de restauração de uma escala inusitada devido aos estragos causados durante a segunda guerra mundial."

econômica da recuperação dos investimentos. A desnacionalização que se vive do Estado faz perder o caráter identificador nacional que têm os centros históricos, ao mesmo tempo em que os referentes fundamentais começam a ser “internacionais” (a “miamização” da cultural local) e locais ao mesmo tempo.

6. O Centro Histórico e as suas relações

O conceito de centro histórico deve ser entendido menos a partir dos atributos que lhe deu a sua capacidade tangencial, e mais desde as relações que a configuram e que lhe dão a sua essência. São múltiplas as relações que lhe dão sentido, pelo qual é imprescindível conhecer algumas delas:

Uma primeira: é importante ressaltar a relação entre cidade e centro histórico, porque é nessa relação que se especifica o seu conteúdo e os temas de funcionalização e definição do conceito de centralidade. Nessa perspectiva, é interessante analisar com tem variado a relação entre o centro histórico, o centro urbano e a cidade, e como a partir dela se evidenciam as assimetrias e distinções, a existência da policentralidade, as relatividades centro-periferia e a mobilidade da centralidade, ao mesmo tempo em que muda e também se transporta.

Uma segunda relação tem que ver com a vinculação à planificação urbana, que é a disciplina que permite definir as articulações intersetoriais da intervenção urbana. Porém, pela crise que vive a planificação e as suas instituições, evidencia-se a sua substituição pela execução de projetos isolados.⁵ Em outras palavras, a gestão da cidade tende a se realizar por meio de projetos, que são administrados como entidades fechadas e isoladas, o que deixa de lado a gestão da cidade como globalidade, perdendo-se a perspectiva de longo prazo. A planificação deve dar integridade à gestão urbana, sentido à intervenção e vontade ao sujeito consciente e coletivo do centro histórico.

Uma terceira, que procura entender o centro histórico como um fator de desenvolvimento inscrito num projeto nacional. Em outras palavras, que a formulação de um projeto de centro histórico deve fazer parte e aporte a um projeto nacional, ou como, a partir de um projeto de reabilitação dos centros históricos, pode-se contribuir para a construção de projetos nacionais. Isso é importante porque desde a particularidade de um centro histórico, pode-se dar sentido às preocupações sobre identidade, cultura, desenvolvimento e democracia nacionais, dentro dos temas clássicos das políticas públicas (saúde, educação, moradia, emprego). Porém também ter em conta como um projeto de centro histórico deve inscrever-se em óticas mais gerais, deduzidas de um projeto nacional.⁶

7. A internacionalização dos Centros Históricos

É, sem dúvida alguma, importante iniciar o debate do tema da internacionalização dos centros históricos, sobre tudo porque o processo de globalização o coloca na ordem do dia, sob uma dupla perspectiva:

Por um lado, porque a inserção dos centros históricos na globalização possibilita o vínculo com o processo de reestruturação do capital no âmbito mundial. Os centros históricos adquirem um posicionamento internacional, porém, com autonomia relativa frente ao conjunto da cidade, no afã por inserir-se nas redes mundiais e por meio daqueles setores mais diretamente vinculados à problemática, como o turismo. Nessa perspectiva, o centro histórico pode ter uma função estratégica, ou pode ser um freio ao desenvolvimento urbano.

Por outro lado, implica entendê-lo como um objeto mutante dentro do contexto histórico da cidade, onde a sua funcionalidade vai depender da modalidade de inserção no processo. É, em definitivo, um tema muito importante, porque permite prever o que se pode passar no média ou longo prazo, ou, em outras palavras, responder às seguintes perguntas: Têm viabilidade os centros históricos? Têm futuro e, se tem, qual pode ser? Como entram no trânsito do espaço dos lugares do fluxo? (Castells, 1998). Sem dúvida, que o futuro dos centros históricos deverá ser resolvido no marco das tendências da globalização estamos enfrentando.

8. As modalidades do governo

No marco institucional e de caráter das intervenções nos centros históricos, encontram-se um momento de quebra fundamental, em que se destaca o seguinte:

Primeiro: até muito pouco tempo atrás tem-se trabalhado a respeito das características dos marcos institucionais e das modalidades do governo dos centros históricos.

Segundo, pela primeira percebe-se a possibilidade de pensar no governo dos centros históricos – e não só na sua administração e gestão –, o qual pode outorgar-lhe uma dimensão política muito interessante, que permita vincular participação, representação, legitimidade e identidade. É provável que esse giro possa começar a produzir coisas interessantes e inovadoras, em termos teóricos e práticos. Os casos do Rio de Janeiro, com uma subprefeitura, e o de Quito com uma administração por zonas, podem ser o antecedente para essa mutação.

Em terceiro lugar: fica claro que a idéia de “modelo” de gestão não é boa, porque tende a encaixilhar a riqueza da realidade na pobreza das formulações ideais para, dessa

⁵ Por isso agora os prefeitos preferem defini-se mais como gerentes de projetos que como chefes de governo de uma sociedade local à qual pertencem e à que devem render contas.

⁶ O caso da intervenção no centro histórico de La Habana é um exemplo disso.

maneira, reproduzir receitas externas nos centros históricos. Nessa perspectiva, levar um caso bem sucedido à categoria de modelo pode resultar muito perigoso. Por isso, é interessante reconhecer a diversidade de formas de intervenção que correspondem a cada realidade.

Em quarto lugar: resulta perigoso construir uma posição teológica, no sentido de acreditar que é inevitável o trânsito de uma gestão central a outra local, e dessa a uma privada.

E, quinto: por que se requer restaurar a gestão pública que se tem deteriorado juntamente com a decadência de cada um dos centros históricos.

9. O Público e Privado nos Centros Históricos

A presença do tema das privatizações nos apresenta pela primeira vez, o debate entre o público e o privado dentro do centro histórico, o qual pode levar a fortalecer as tendências públicas que tem o centro histórico, a estabelecer novas relações de cooperação entre o público e o privado, a incentivar o significado que tem o “pequeno patrimônio” para o capital e para definir uma sustentabilidade econômica e social para todo empreendimento, dentre outros. Porém, é justo assinalar isso, essa temática traz um núcleo de preocupações e debates muito importantes, que vincula as relações da sociedade e o Estado, na perspectiva de se reconstruir o espaço do público por excelência, que é o centro histórico, tudo isso na medida que não se m como um dogma os processos de privatização.

10. O sujeito patrimonial do Centro Histórico

Um tema fundamental nos centros históricos é a definição do sujeito patrimonial – como conceito e realidade – porque:

Primeiro: por que define o cenário, os atores e as motivações do conflito, como disputa pela herança política, econômica e cultural e lhe destina o sentido que tem a transmissão de uma geração a outra, de uma sociedade a outra.

Segundo: faz surgir as seguintes perguntas: De quem é o centro histórico? Quem decide a respeito dos centros históricos? Quem transfere a quem o centro histórico? Em outras palavras, trata do direito à cidade, da dimensão social do patrimônio e do caráter público e coletivo dessa construção social.

Terceiro: redefine a relação entre o técnico, o político e a população, em termos de que os técnicos já não podem recorrer à munida frase da falta de vontade política que têm os políticos para explicar os fracassos das suas propostas, ou os políticos a respeito de seu permanente questionamento sobre a viabilidade dos planos, ao mesmo tempo que população olha como não são cumpridos os prazos de uns e de outros.

Quarto: também permite entender o conceito de centro histórico como relação social e definir – a partir de uma loca-

lização de quem é quem –os atores do processo segundo o âmbito (local, nacional, internacional), origem (público, privado, comunitário) ou função (comércio, moradia, administração). Atores como a cooperação internacional, os vendedores de rua, os proprietários de imóveis, a Igreja, etc., devem ser entendidos de acordo com a dimensão que têm no processo de produção – reprodução dos centros históricos.

11. A temporalidade dos Centros Históricos

Assim como se governa o espaço, também se tem de governar o tempo, mais ainda no caso dos centros históricos, porquanto o tempo está concretizado e porque há múltiplos e simultâneos tempos articulados no mesmo espaço. Por essa via, os centros históricos se convertem em um palimpsesto do tempo.

Também o centro histórico vincula patrimônio, identidade e memória e, ao fazê-lo, define uma temporalidade complexa e maior que a do resto da cidade, que, para mantê-la com vida, requer-se a acumulação do valor (quer dizer, do tempo) e de aprofundar a heterogeneidade (quer dizer, de vários tempos). A reabilitação dos centros históricos depende das possibilidades de incrementar seu tempo (história) e não de regressar às suas origens – como geralmente se acredita.

12. A importância dos diagnósticos

Sem dúvida, faltam os diagnósticos da situação dos centros históricos. Com a entrada de numa etapa pragmática na atuação, percebe-se, por um lado, a substituição do planejamento urbano pela realização dos projetos, e o diagnóstico pelos estudos de pré-viabilidade. Assinale-se que a realidade está diagnosticada, que se conhece a problemática e que, portanto, é o momento de atuar – sem dilações – sobre a base de ações pontuais. Mas assim como a soma das intervenções não define uma política integral do centro histórico, a realização de estudos de pré-viabilidade não permite conhecer a realidade.

Por outro lado, existe uma tendência à formulação de planejamentos gerais, na sua maioria ideológicos, que provêm do trasladado mecânico da macroeconomia ou da reforma do Estado para o nosso tema, sem que tenham um sustento claro. Referimo-nos, por exemplo, à privatização, nesse caso, do centro histórico como espaço público e não do Estado.

13. As condições naturais do sítio

A transformação das condições naturais (espaço natural) do sítio de implantação da cidade através da história (espaço artificial) coloca o tema do patrimônio natural em discussão, pelo menos, sob duas perspectivas:

Por um lado, é importante conhecer os embates que produz a natureza nos centros históricos⁷, porque a maioria

tem sofrido seus impactos, chegando ao extremo de muitas cidades terem mudado de seus sítios originais ou têm precisado ser reconstruídas (ex. Popayán ou Antiga Guatemala). Porém, existem também outras que têm logrado um equilíbrio com a natureza. Como é uma constante em quase todas as nossas cidades, é um tema de que não se deveria descuidar.

Por outro lado, devem ser estudadas as mudanças que produz o desenvolvimento urbano na natureza, com os conseqüentes problemas ambientais e de erosão do patrimônio natural, tais como: rios convertidos em cloacas, o corte de bosques nativos, a contaminação ambiental, dentre outros.

14. A violência urbana

A violência urbana se tem convertido, paulatinamente em um dos fatores explicativos do desenvolvimento urbano e caracteriza-se por ter uma geografia clara, que faz com que as centralidades urbana e histórica tenham a sua particularidade, não só desde a perspectiva do saque do patrimônio – nas suas diferentes manifestações –, senão também da concentração de um tipo particular de delitos. Por isso se tem convertido em um problema que afeta a qualidade de vida da população, destrói o patrimônio e gera externalidades negativas, mas que, por sua vez, se converte em causa e efeito da deterioração do patrimônio. Sobretudo quando existe a percepção e imagem de uma zona altamente violenta, que se tem construído ao mesmo tempo que a deterioração que sofre o próprio centro e a condição popular que o sustenta.

15. A Universidade e os Centros Históricos

A formação dos atores e a função das universidades nos centros históricos são de vital importância para a sua preservação e desenvolvimento. Em quase todas as cidades coloniais latino-americanas a universidade teve uma ubiquação de privilégio na cidade e, portanto, na sociedade. A sua localização inicial nos contornos da praça principal foi-se perdendo ao extremo de hoje tem sido expulsa do centro histórico. É necessário repensar o tema da relação entre a universidade e o centro histórico, a partir de duas determinações:

Por um lado, tentar sensibilizar as universidades para que formem profissionais comprometidos e conhecedores do patrimônio, com o objetivo de que se convertam em sujeitos patrimoniais pró-ativos. Isso supõe desenhar um sistema de capacitação e formação que esteja presente em todos os níveis da ação.

Por outro lado, também se refere à reedificação da cidade do saber a partir da recuperação do valor simbólico que tem a localização do campus universitário dentro da cidade e de

conceber a universidade como parte dela. A vida estudantil dentro do centro histórico é um elemento vivificador da cidade e, se pensamos que a universidade é parte da cidade do saber, a universidade deve saber o que se esta se passando no centro histórico.

16. Turismo

A respeito do turismo, é preciso desenvolver um debate profundo. Duas implicações que devem ser analisadas, dentre outras: por um lado, o que acontece com as migrações internacionais, como parte do nomadismo no qual nos encontramos, pode significar que reabilitamos para um estrangeiro que gera restrições sociais complexas frente a cada centro histórico, porque é população em trânsito que não tem compromisso com o sítio. Por outro lado, é um setor que permite recuperar e captar recursos para financiar projetos, porém como contrapartida, pode levar à perda da gestão da cidade como um todo e dirigir à administração urbana por projetos isolados. Hoje, toma muito peso o turismo, porque a lógica econômica da privatização tende a vinculá-lo aos centros históricos, o que não está mal, sempre e quando o turismo seja um componente que não crie distorções no mercado imobiliário, no sistema de identidade e nas suas tradições culturais. Em definitivo, o turismo é básico na nova visão do centro histórico, mas não temos que pôr nele todas as apostas, porque tem limitações e possibilidades.

17. Comunicação

A comunicação é importante, por que o discurso que temos desenvolvido sobre os centros históricos está carregado de referências culturais que não chegam a boa parte da população, o que obriga a reformar esses discursos e orientar aos atores. Também olhar o centro histórico como meio de comunicação, enquanto concentra informação como memória e como núcleo informativo, porque na periferia existe desinformação. Nesse contexto, deve-se preparar o debate sobre o fachadismo, que desgraçadamente ficou pendente.

18. O Pequeno Patrimônio

Pela ótica monumentalista e especialista que ainda prima nos centros históricos, geralmente ficam de fora os chamados espaços esquecidos, (Carvalho, 2000), como os cemitérios (são um verdadeiro arquivo, espaço verde e espaço social), a trama urbana, a comida, a ritualidade, assim como também o **pequeno patrimônio**, que se define no contexto geral.

19. A habitação

O tema da habitação é relativamente novo no tratamento dos centros históricos. A sua presença só leva a uma dimen-

⁷ Não se utiliza a clássica noção de “desastre natural”, porque a natureza na dinâmica da sua vida tem manifestações (sismos, erupções, etc.) que são próprias da sua lógica de funcionamento. É o homem quem provoca alterações a seu ritmo normal provocando mudanças que, por sua vez, geram “desastres naturais

são da intervenção porque o incorpora ao pequeno patrimônio – não só ao monumental, e porque lhe incrementa o sentido social. Com a habitação chegam os temas urbanos (solo, serviços), econômicos (mercado imobiliário, subsídios, impostos), sociais (qualidade de vida, comunitário), políticos (organização) etc. E pode ir além se é articulado com um conceito de vivenda que a vincule ao circuito da vida e ao contexto no qual se insere: o habitat.

20. A Tecnologia

O tema da tecnologia, no seu sentido amplo, deve ser abordado com maior detalhe para conhecer como se amalgamam umas com outras – por ser de momentos históricos diferentes – e para ver como se projetam ao seu futuro desde o passado. Ali existe uma perspectiva importante desde a arquitetura, o urbanismo, a produção e a cultura.

Conclusão Geral

Não se deve esquecer que o centro histórico foi alguma vez a cidade toda, portanto síntese da diversidade que a caracteriza. A sua origem e riqueza provém da sua heterogeneidade. Geralmente as cidades têm no seu centro histórico a origem da sua própria vida, e assim é como se desenvolveram com o passar dos anos. Hoje devem retomar seus passos desde essas raízes, desde o centro histórico, porque o renascimento da cidade só vai lograr-se se é planificado desde o centro, com o máximo respeito à história e aos recursos que são próprios da nação, e não trazidos do exterior, como geralmente se acredita que pode ocorrer nesses caos.

Vinte temas sobre los centros históricos en América Latina

Fernando Carrión

Resumen

Con la vuelta de prioridad a la urbe construida, el centro histórico cobra un sentido diferente, planteando nuevos retos a la ciudad, la economía, la cultura y la política. Esta nueva tendencia se explica, entre otras causas, por los cambios demográficos de América Latina, por el desarrollo científico tecnológico en el ámbito de la comunicación y por la consolidación de los mercados globales. La confluencia de un nuevo patrón de urbanización con los procesos de privatización y la degradación del centro histórico, tienden a revalorizar la centralidad histórica y a plantear la necesidad de desarrollar nuevas metodologías, técnicas y teorías que sustenten la interpretación y actuación sobre ellos. Así se abren nuevas perspectivas analíticas y de intervención en los centros históricos de América Latina, que propenden a la superación del paradigma que parte de lo monumental –como hecho inicial y definitivo– abstrayendo los contextos económicos, sociales e históricos.

Conceptos

Centralidad, Centro Histórico, Conservación, Espacio, Patrimonio, Rehabilitación.

1. Los Centros Históricos en la urbanización actual

La urbanización en América Latina tiene tres grandes determinaciones en la actualidad: a) los cambios demográficos, que se expresan fundamentalmente en la disminución de las tasas de urbanización y en el redireccionamiento de los flujos tradicionales de la población; b) la Globalización que integra mercados, cultura y política, requiere de lugares estratégicos (ciudades) para proyectarse; y c) la revolución científico tecnológica en el campo de las comunicaciones, que produce la aproximación de territorios distantes y una transformación en los espacios de conformación cultural (del aula y el ágora a la televisión) (Carrión F. 2.000).

Estos fenómenos dan paso a la conformación de un nuevo patrón de urbanización caracterizado por su desarrollo cualitativo y endógeno –propio del regreso a la ciudad construida– que supera al cuantitativo, exógeno y periférico nacido en la segunda posguerra. En este contexto la centralidad histórica adquiere una nueva cualidad y función que, sin embargo, queda pendiente conocer cual es.

2. Lo Conceptual

Con el cambio de la funcionalidad de las centralidades urbana e histórica, aparece la necesidad de revisar los

conceptos de la teoría y la práctica de la rehabilitación de los centros históricos en América Latina; mucho más si nos encontramos en otra fase de la urbanización, que pone en cuestión el marco conceptual con el que veníamos trabajando. Si cambia el objeto empírico, lo lógico es que se modifiquen los instrumentales teórico-metodológicos con los que se entienden. Así tenemos que los temas de metropolización, periferización, planificación urbana, etc. ceden a los nuevos de competitividad, planificación estratégica, poder local, descentralización y cosmopolización, entre otros, lo cual nos habla de una nueva terminología que construye una nueva concepción de ciudad y, por tanto de los centros históricos.

De allí que no sea casual que se viva un momento de transición en el tema –que, incluso, ha llevado a algunos autores a afirmar que estamos viviendo un cambio de paradigma o una ruptura epistemológica– que se expresa en un doble tránsito: de la conceptualización físico espacial hacia una visión holística e integral del objeto del conocimiento y de un marco institucional de gestión que va desde lo nacional a lo local y de lo público a lo privado.

Existe la necesidad de revisar los conceptos de la teoría y la práctica de la rehabilitación de los Centros Históricos en América Latina, no solo porque se observan ausencias temáticas y debilidades metodológicas –lo cual no debe llevar a creer que resolviendo estas debilidades se reconstruye la temática¹– sino porque además se evidencia la necesidad de volver a discutir al respecto del

¹ Por ejemplo, cuando se añade la noción de patrimonio intangible se produce un corte metodológico dicotómico excluyente; entre lo tangible e intangible (o es lo uno o lo otro) y define lo intangible por lo que no es (no es tangible) y vacía a lo definido como tangible de su carácter social (por tanto histórico). Algo parecido ocurre cuando se añade la “variable social o económica” al concepto centro histórico (ver carta de Quito), porque se lo hace por sumatoria (algo más a lo mismo) o simplemente con un carácter funcional de contexto; pero nunca como esencia.

² Coraggio (1988) define a la categoría como: “aquella determinación de existencia, constitutiva de un campo de fenómenos delimitado científica y no empíricamente.”

objeto de conocimiento y de actuación; esto es, de las categorías constitutivas del campo², entre las cuales se puede mencionar las de centro, área o sitio histórico, sujeto patrimonial, patrimonio y centralidad.

3. El universo de los Centros Históricos

Los centros históricos en América Latina tienen una diversidad de situaciones tan grande que es difícil e inconveniente tratarlos como si fueran una realidad única y homogénea. Esta afirmación puede ser corroborada a través de la distinta calidad patrimonial (p.e. entre Medellín y Lima), del tiempo de la intervención (reciente o antigua), de la cantidad de población (sea residente, usuaria o turística), de los distintos rangos de ciudades (capitales, metropolitanas, intermedias y pequeñas), de la institucionalidad que actúa (nacional o local, pública o privada) o de los orígenes históricos. Hay centros históricos que se inician, por ejemplo, en los períodos pre-hispánico (Cuzco), colonial (Quito), republicano (Santiago) o moderno (Brasilia), lo cual desemboca en que, por un lado, puedan haber varios centros históricos en el interior de una ciudad y, por otro, que los centros históricos se configuren a lo largo de la historia y no, como se piensa, solo en un período, y asociado generalmente al de la fundación de la ciudad.

Este universo altamente diferenciado de los centros históricos es una característica interesante de ser remarcada, por que expresa la gran riqueza que tienen y la necesidad de establecer tipologías. También debe llevar a poner en cuestión las clásicas reducciones modelísticas, que intentan imponer, encasillar o vender modelos externos a cada una de las realidades como forma de replicar o reproducir los llamados casos exitosos³.

4. Necesidad de construir una historia de los Centros Históricos.

Hay la necesidad de construir una historia de los Centros Históricos de América Latina, para conocer lo que se ha hecho y el estado en que se encuentran. Se trata de construir la memoria de los centros históricos y no solo verlos como memoria. Para ello se debe iniciar una discusión al respecto de los criterios a utilizarse para realizar el ejercicio. Habría que definir una serie de entradas, como:

Una primera, que describa el proceso de constitución y desarrollo de los centros históricos a lo largo del tiempo. Esto es, la construcción de una historia de los centros históricos.

Una segunda, respecto de la construcción de ciudades paradigmáticas en momentos claves, entre las que están el Cuzco, Santo Domingo, México, Bahía y Quito. Su

formulación sirve para reconocer el papel jugado por las ciudades y también para mostrar lo peligroso que significa tener referentes que tienen poco que ver con otras realidades.

Una tercera, relacionada con la evolución de los conceptos utilizados: se empezó con el concepto de monumento aislado, le siguió el monumento en su contexto, después el contexto como monumento (pudiendo ser un área urbana monumento) y, finalmente, la discontinuidad monumental. Hoy se empieza a romper esta visión monumentalista y espacial — herederas de la tradición europea⁴ — a través de entradas holísticas donde lo social y económico tienen un peso singular. Habría que analizar las influencias metodológicas provenientes, por ejemplo, del paso de las “cartas” al intento de construcción de teorías. Hemos sido adictos al “género epistolar” y muy poco dados a la reflexión teórica. Allí están las cartas de Atenas, Venecia, Quito o el Cuzco, que llevan el nombre de las ciudades donde se reunieron las élites tecnocráticas del tema y que terminaron siendo una colección de recetas abstractas para realidades concretas, que impidieron el conocimiento y la intervención acordes a la riqueza de cada uno de los centros históricos.

Una cuarta, a través de las modalidades de gestión o de intervención. Se sostiene que hay una tendencia que pasa del accionar de ciertos “notables” a la institucionalización de las políticas públicas en el ámbito central-nacional, para posteriormente descentralizarse hacia los municipios y luego impulsarse la privatización.

5. Una periodización de los Centros Históricos

La intervención en los centros históricos tiene una historia no menor a los 50 años de existencia y se la puede caracterizar a partir de tres momentos específicos:

Un primer momento de antecedentes, en el que se configura el área por la diferencia que se establece con la ciudad (la parte del todo), es concebido como un barrio y cuenta con una política que busca legitimar esta diferenciación sobre la base de la delimitación del espacio urbano y de la realización de inventarios arquitectónicos. Son acciones dispersas emprendidas por ciertos “notables” provenientes de las clases acomodadas y elites ilustradas.

Un segundo, en el que se produce la distinción funcional y espacial entre los dos tipos de centralidad: la urbana y la histórica. A partir de este momento, con la aceleración del proceso de urbanización, el desarrollo hacia adentro por sustitución de importaciones y el Estado de bienestar se impulsan políticas en los centros históricos con criterios “nacionalistas” que ponen énfasis cultural desde organismos estatales nacionales.

³ Los casos exitosos pueden existir en la medida en que ninguna ciudad ha resuelto todos sus problemas, aunque es justo reconocer que cada ciudad ha encontrado alternativas a alguno de sus problemas.

⁴ Hardoy (1992, 33) señala: “En Iberoamérica, no fue como en Europa, provocada por la necesidad de iniciar obras de restauración de una escala inusitada debido a los destrozos causados durante la Segunda Guerra Mundial.”

Y un **tercero**, inscrito en el proceso de globalización y la reforma del Estado. En este caso la gestión se impulsa bajo la descentralización y la privatización del marco institucional, y la óptica de la gestión tiende a desarrollarse bajo la lógica económica de la recuperación de las inversiones. La desnacionalización que se vive del Estado hace perder el carácter identitario nacional que tienen los centros históricos, por cuanto los referentes fundamentales comienzan a ser "internacionales" (la miamización de la cultura local) y locales a la vez.

6. El Centro Histórico y sus relaciones

El concepto de centro histórico debe ser entendido menos a partir de los atributos que le dieron la tangibilidad y más desde las relaciones que la configuran y que le dan su esencia. Son múltiples relaciones que le dan sentido, por lo cual es imprescindible conocer algunas de ellas:

Una primera, es importante resaltar la relación entre ciudad y centro histórico, porque es en esta relación que se especifica su contenido y los temas de funcionalización y definición del concepto de centralidad. En esa perspectiva, es interesante analizar cómo ha ido variando la relación entre el centro histórico, centro urbano y ciudad, y como a partir de ella se evidencian las asimetrías y distinciones entre ellas, la existencia de la policentralidad, las relatividades centro-periferia y la movilidad de la centralidad, en tanto cambia y, también, se transporta.

Una segunda relación tiene que ver con la vinculación a la planificación urbana, que es la disciplina que permite definir las articulaciones intersectoriales de la intervención urbana. Sin embargo, por la crisis que vive la planificación y sus instituciones, se evidencia su sustitución por la ejecución de proyectos aislados⁵. En otras palabras, la gestión de la ciudad tiende a realizarse a través de proyectos que son administrados como entidades cerradas y aisladas, lo cual deja de lado la gestión de la ciudad como globalidad, perdiéndose la perspectiva de largo plazo. La planificación debe dar integralidad a la gestión urbana, sentido a la intervención y voluntad al sujeto consciente y colectivo del centro histórico.

Una tercera, que busca entender al centro histórico como un factor de desarrollo inscrito en un proyecto nacional. En otras palabras, que la formulación de un proyecto de centro histórico debe ser parte y aporte a un proyecto nacional; o cómo a partir de un proyecto de rehabilitación de los centros históricos se puede aportar a la construcción de proyectos nacionales. Esto es importante por que desde la particularidad de un centro histórico se le puede dar sentido a las preocupaciones sobre identidad, cultura, desarrollo y democracia nacionales, dentro de los te-

mas clásicos de las políticas públicas (salud, educación, vivienda, empleo). Pero también tener en cuenta como un proyecto de centro histórico debe inscribirse en ópticas más generales deducidas de un proyecto de país⁶.

7. La internacionalización de los Centros Históricos

Es, sin duda alguna, importante iniciar el debate del tema de la internacionalización de los centros históricos, sobre todo porque el proceso de globalización lo pone al orden del día, desde una doble perspectiva:

Por un lado, por que la inserción de los centros históricos en la globalización posibilita el vínculo con el proceso de reestructuración del capital en el ámbito mundial. Es decir que los centros históricos adquieren un posicionamiento internacional, pero con autonomía relativa frente al conjunto de la ciudad, en el afán por insertarse en las redes mundiales y a través de aquellos sectores más directamente vinculados a la problemática como el turismo. En esa perspectiva, el centro histórico puede tener una función estratégica o puede ser un freno para el desarrollo urbano.

Por otro lado, implica entenderlo como un objeto cambiante dentro del contexto histórico de la ciudad, donde su funcionalidad dependerá de la modalidad de inserción al proceso. Es, en definitiva, un tema muy importante por que permite dilucidar que es lo que puede pasar en el mediano o en el largo plazo; o, en otras palabras, responder a las siguientes preguntas: ¿Tienen viabilidad los centros históricos? ¿Tienen futuro y si lo tienen cuál puede ser? ¿Cómo entran en el tránsito del espacio de los lugares al de los flujos? (Castells, 1998). Sin duda que el futuro de los centros históricos deberá ser resuelto en el marco de las tendencias de la globalización a las que estamos enfrentados.

8. Las modalidades de gobierno

El marco institucional y el carácter de las intervenciones en los centros históricos se encuentran en un momento de quiebre fundamental, donde se destaca lo siguiente:

Primero, hasta ahora muy poco se ha trabajado respecto de las características de los marcos institucionales y de las modalidades de gobierno de los centros históricos.

Segundo, por primera vez se percibe la posibilidad de pensar en el gobierno de los centros históricos — y no solo de su administración o gestión —, lo cual le puede otorgar una dimensión política muy interesante, que permite vincular participación, representación, legitimidad e identidad. Es probable que este giro pueda empezar a

5 Por eso ahora los alcaldes prefieren definirse más como gerentes de proyectos que como jefes de gobierno de una sociedad local a la que pertenecen y a la que le deben rendir cuentas.

6 El caso de la intervención en el Centro histórico de La Habana es un ejemplo de ello.

producir cosas interesantes e innovativas en términos teóricos y prácticos. Los casos de Río de Janeiro con una subprefectura y el de Quito con una Administración Zonal pueden ser el antecedente para esta mutación.

En tercer lugar, queda claro que la idea de “modelo” de gestión no es buena, porque tiende a encasillar la riqueza de la realidad en la pobreza de las formulaciones ideales para, de esta manera, reproducir recetas foráneas en los centros históricos. En esa perspectiva, llevar un caso exitoso a la categoría de modelo puede resultar muy peligroso; por eso, lo interesante es reconocer la diversidad de formas de intervención que corresponden a cada realidad.

En cuarto lugar, es peligroso construir una posición teleológica, en el sentido de creer que es inevitable el tránsito de una gestión central a otra local y de ésta a una privada.

Y, quinto, porque se requiere restaurar la gestión pública que se ha deteriorado a la par del deterioro de cada uno de los centros históricos.

9. Lo Público y Privado en los Centros Históricos

La presencia del tema de las privatizaciones nos plantea por primera vez la discusión entre lo público y lo privado dentro del centro histórico, lo cual puede llevar a fortalecer las tendencias públicas que tiene el centro histórico, a establecer nuevas relaciones de cooperación entre lo público y lo privado, a incentivar el significado que tiene el “pequeño patrimonio” para el capital y a definir una sostenibilidad económica y social de todo emprendimiento, entre otros. Sin embargo, justo es señalarlo, esta temática trae un núcleo de preocupaciones y discusiones muy importantes, que vinculan a las relaciones de la sociedad y el Estado, en la perspectiva de reconstruir el espacio de lo público por excelencia que es el centro histórico. Todo esto en la medida en que no se formule como un dogma a los procesos de privatización.

10. El sujeto patrimonial del Centro Histórico

Un tema fundamental en los centros históricos es la definición del sujeto patrimonial —como concepto y realidad— porque:

Primero, porque define el escenario, los actores y las motivaciones del conflicto, como disputa por la heredad política, económica y cultural y le dota del sentido que tiene la transmisión generacional de una sociedad a otra.

Segundo, plantea las siguientes preguntas: ¿De quién es el centro histórico? ¿Quién decide sobre los centros históricos? ¿Quién construye los centros históricos? ¿Quién reconstruye los centros históricos? ¿Quién transfiere el centro histórico a quién? En otras palabras, trata respecto del derecho a la ciudad, de la dimensión social del patrimonio y del carácter público y colectivo de esta construcción social.

Tercero, redefine la relación entre el técnico, el político y la población, en términos de que los técnicos ya no pueden

recurrir a la manida frase de la falta de voluntad política que tienen los políticos para explicar los fracasos de sus propuestas, o los políticos respecto de su permanente cuestionamiento a la viabilidad de los planes, mientras la población mira como se incumplen los plazos de los unos y de los otros.

Cuarto, también permite entender el concepto de centro histórico como relación social y definir —a partir de un mapeo de quién es quién— los actores del proceso según el ámbito (local, nacional, internacional), origen (público, privado, comunitario) o función (comercio, vivienda, administración). Actores como la cooperación internacional, los vendedores callejeros, los propietarios inmobiliarios, la Iglesia, etc. deben ser entendidos de acuerdo a la dimensión que tienen en el proceso de producción-reproducción de los centros históricos.

11. La temporalidad de los Centros Históricos

Así como se gobierna el espacio también se tiene que gobernar el tiempo, más aun en el caso de los centros históricos, por cuanto el tiempo está concentrado y porque hay múltiples y simultáneos tiempos articulados en el mismo espacio. Por esta vía, los centros históricos se convierten en un palimpsesto del tiempo.

Pero también el centro histórico vincula patrimonio, identidad y memoria y al hacerlo define una temporalidad compleja y mayor que la del resto de la ciudad, que para mantenerla con vida se requiere de la acumulación de valor (es decir, de tiempo) y de profundizar la heterogeneidad (es decir, de varios tiempos). La rehabilitación de los centros históricos depende de las posibilidades de incrementar su tiempo (historia) y no de regresar a sus orígenes — como generalmente se cree —.

12. La importancia de los diagnósticos

Sin duda que faltan los diagnósticos de situación de los centros históricos. Con la entrada de una etapa pragmática en la actuación se percibe, por un lado, la sustitución de la planificación urbana por la realización de proyectos, y el diagnóstico por los estudios de prefactibilidad. Se señala que la realidad está sobre diagnosticada, que se conoce la problemática y que, por tanto, es el momento de actuar —sin dilaciones— sobre la base de acciones puntuales. Pero así como la suma de las intervenciones no definen una política integral del Centro histórico, la realización de estudios de prefactibilidad no permiten conocer la realidad.

Por otro lado, hay una tendencia a la formulación de planteamientos generales, en su mayoría ideológicos, que provienen del trasladado mecánico de la macroeconomía o de la reforma del estado hacia nuestro tema, sin que tengan un sustento claro. Nos referimos, por ejemplo, a la privatización, en este caso, del centro histórico como espacio público y no del Estado.

13. Las condiciones naturales del sitio

La transformación de las condiciones naturales (espacio natural) del sitio de implantación de la ciudad a través de la historia (espacio artificial) pone el tema del patrimonio natural a discusión, al menos, bajo dos perspectivas:

Por un lado, es importante conocer los embates que produce la naturaleza en los centros históricos⁷, porque la mayoría han sufrido sus impactos, al extremo de que muchas ciudades se han desplazado de sus sitios originales o han tenido que ser reconstruidas (p.e. Popayán o Antigua Guatemala). Pero también hay otras que han logrado un equilibrio con la naturaleza. Como es una constante en casi todas nuestras ciudades, es un tema que no se debería descuidar.

Y, por otro, se deben estudiar los cambios que produce el desarrollo urbano en la naturaleza, con los consecuentes problemas ambientales y de erosión del patrimonio natural. Están los ríos convertidos en cloacas, la tala del bosque nativo, la contaminación ambiental, entre otros.

14. La violencia urbana

La violencia urbana se ha convertido paulatinamente en uno de los factores explicativos del desarrollo urbano y se caracteriza por tener una geografía clara, que hace que las centralidades urbana e histórica tengan su particularidad; no solo desde la perspectiva del saqueo del patrimonio —en sus distintas manifestaciones— sino también de la concentración de un tipo particular de delitos. Por ello se ha convertido en un problema que afecta la calidad de vida de la población, erosiona el patrimonio y genera externalidades negativas, pero que, a su vez, se convierte en causa y efecto del deterioro del patrimonio. Más aun cuando existe la percepción e imagen de una zona altamente violenta, que se ha ido construyendo a la par del deterioro que sufre el propio centro y de la condición popular que lo sustenta.

15. La Universidad y los Centros Históricos

La formación de los actores y la función de las universidades en los centros históricos es de vital importancia para su preservación y desarrollo. En casi todas las ciudades coloniales Latinoamericanas la universidad tuvo una ubicación de privilegio en la ciudad y, por lo tanto, en la sociedad. Su localización inicial en los contornos de la plaza principal fue perdiéndose al extremo de que hoy ha sido expulsada del centro histórico. Es necesario replantear el tema de la relación entre universidad y centro histórico, a partir de dos determinaciones:

Por un lado, se trata sensibilizar a las universidades para que formen profesionales comprometidos y conocedores del patrimonio, con el fin de que se conviertan en sujetos patrimoniales pro activos. Esto supone diseñar un sistema de capacitación y formación que tenga presencia en todos los niveles de la acción.

Por otro lado, también se refiere a la reedificación de la ciudad del saber a partir de la recuperación del valor simbólico que tiene la localización del campus universitario dentro de la ciudad y de concebir a la universidad como parte de ella. La vida estudiantil dentro del centro histórico es un elemento vivificador de la ciudad y si pensamos que la universidad es parte de la ciudad del saber, la universidad debe saber lo que está pasando en el centro histórico.

16. Turismo

Respecto del turismo hay que desarrollar una discusión profunda. Tiene —entre otras— dos implicaciones que deben ser analizadas: por un lado, lo que ocurre con las migraciones internacionales, como parte del nomadismo en el que nos encontramos, puede significar que rehabilitamos para un foráneo que genera adscripciones sociales complejas frente a cada centro histórico, por que es población en tránsito que no tiene compromiso con el sitio. Por otro lado, es un sector que permite recuperar y captar recursos para financiar proyectos, pero como contrapartida puede llevar a la pérdida de gestión de la ciudad como un todo y, mas bien, dirigirla a la administración de proyectos aislados. Hoy toma mucho peso el turismo, porque la lógica económica de la privatización tiende a vincularlo a los centros históricos, lo cual no está mal siempre y cuando el turismo sea un componente que no cree distorsiones en el mercado inmobiliario, en el sistema identitario y en las tradiciones culturales. En definitiva, el turismo es básico en la nueva visión del centro histórico pero no tenemos que ponerle todas las cartas ni todas las apuestas, porque tiene limitaciones y posibilidades.

17. Comunicación

La comunicación es importante por que el discurso que hemos desarrollado sobre los centros históricos está cargado de referentes culturales que no llegan a buena parte de la población, lo cual obliga a reformar esos discursos y a orientarlos a los actores. También verle al centro histórico como medio de comunicación, en tanto concentra información como memoria y como núcleo informativo, porque en la periferia hay desinformación. En este contexto se debe plantear la discusión sobre el fachadismo, que desgraciadamente quedó pendiente

⁷No se utiliza la clásica noción de "desastre natural", porque la naturaleza en la dinámica de su vida tiene manifestaciones (sismos, erupciones, etc.) que son propias de su lógica de funcionamiento. Es el hombre el que provoca alteraciones a su ritmo normal provocando cambios que, a su vez, generan "desastres naturales".

18. El pequeño patrimonio

Por la óptica monumentalista y espacialista que aún prima en los Centros Históricos, generalmente se quedan por fuera los llamados **espacios olvidados**, (Carvallo, 2.000) como los cementerios (son un verdadero archivo, espacio verde y espacio social), la trama urbana, la comida, la ritualidad, así como también el **pequeño patrimonio** que se define en el contexto general.

19. La vivienda

El tema de la vivienda es relativamente nuevo en el tratamiento de los centros históricos. Su sola presencia aporta hacia una nueva dimensión de la intervención, porque incorpora al pequeño patrimonio - no solo al monumental- y porque le añade el sentido social. Con la vivienda llegan los temas urbanos (suelo, servicios), económicos (mercado inmobiliario, subsidios, impuestos), sociales (calidad de vida, comunitario), políticos (organización), etc. Y puede ir más allá si es que se le articula con un concepto de vivienda que la vincule al circuito de la vida y al contexto en el que se inserta: el hábitat.

20. La tecnología

El tema de la tecnología, en sentido amplio, debe ser abordado con mayor detenimiento para conocer como se amalgaman unas con otras – por ser de momentos históricos diferente – y para ver como se proyectan hacia el futuro desde el pasado. Allí hay una perspectiva importante desde la arquitectura, el urbanismo, la producción y la cultura.

Conclusión general

No hay que olvidarse que el centro histórico fue alguna vez la ciudad toda y, por lo tanto, síntesis de la diversidad que le caracteriza. Su origen y riqueza provienen de su heterogeneidad. Generalmente las ciudades tienen en su centro histórico al origen de su propia vida, y así como se desarrollaron con el paso de los años, hoy deben retomar sus pasos desde estas raíces, desde el centro histórico, porque el renacimiento de la ciudad sólo se logrará si es que se planifica desde el centro, con el máximo respeto a la historia y a los recursos que le son propios de la nación y no traídos del exterior, como generalmente se cree que puede ocurrir en estos casos.

Bibliografía

BARBERO, J. M. De los medios a las culturas. J. M. Barbero y Armando Silva (comp.). *Proyectar la comunicación*. Bogotá: Ed. Tercer Mundo, 1998.

BORJA, J.; CASTELLS, M. *Local y Global*. Madrid: Ed. Taurus, 1998.

CABRERA, V. "Políticas de renovación en centros históricos", *Revista SIAP*, Cuenca: Ed. SIAP, Vol. XXIX, 1997.

CARRIÓN, F. "Las nuevas tendencias de la urbanización en América Latina", en *El regreso a la ciudad construida*. Quito: Ed. FLACSO, 2001.

_____. (Ed). *Centros históricos de América Latina y el Caribe*. Quito: Ed. UNESCO-BID-FLACSO, 2001.

_____. (Ed). *Desarrollo Cultural y gestión en centros históricos*. Quito: Ed. FLACSO, 2000.

_____. *Lugares o flujos centrales: los centros históricos urbanos*. Santiago: Ed. CEPAL, 2000.

CASTELLS, M. *La Era de la Información*. Madrid: Ed. Alianza Editorial, 1997.

CONNOLLY, P.; COULOMB, R.; DUHAU, E. *Cambiar de casa pero no de barrio. Estudios sobre la reconstrucción en la Ciudad de México*. México: UAM-CENVI, 1991.

FINQUELIEVICH, S. (comp.) *Ciudadanos a la red*. Buenos Aires: Ed. CICUS-La Crujía, 2000.

GARCÍA CANCLINI, N. *Los usos sociales del patrimonio cultural*. (mimeo).

GASPARINI, G. Mejor conservar que restaurar, *Boletín del CINE*, Caracas, n° 16, 1973.

GUTIÉRREZ, R. "La conservación del centro histórico de Corrientes", *Coloquio de Quito*, 1977.

_____. "Un problema de identidad cultural". *La conservación de centros históricos en la Argentina*. Buenos Aires: Criterio, 1980.

GUTMAN, M.; HARDOY, J. "Centros históricos de América Latina: un Posible laboratorio para nuevas experiencias urbanas", en *La gestión de la ciudad*, Valencia: Ed. Generalit Valenciana, 1992.

HARDOY, J.; GUTMAN, M. *Impacto de la Urbanización en los centros históricos de Iberoamérica*. Madrid: Ed. Mapfe, 1992.

_____.; SANTOS, M. *El centro histórico de Cuzco*, Proyecto Regional de Patrimonio Cultural y Desarrollo. PNUD/UNESCO y Banco Industrial el Perú, Lima, 1983.

_____.; SANTOS, M. *El centro histórico de Quito*, Banco Central del Ecuador y Proyecto Regional de Patrimonio Cultural y Desarrollo PNUD/UNESCO, Quito, 1984.

JORDÁN, R.; SIMIONI, D. (Coords.). *Ciudades intermedias en América Latina y el Caribe: propuesta para la gestión urbana*. Santiago: CEPAL - Ministerio degli Affari Esteri - Cooperazione Italiana, 1998.

LEAL SPENGLER, E. *Regresar en el tiempo*. La Habana: Editorial Imago, 1995.

MERCADO, A. *Proyecto Centro Histórico, Ciudad de México*, Asamblea de Representantes del Distrito Federal, México, 1997.

MORENO TOSCANO, A. (Coord.). *Ciudad de México y ensayo de construcción de una historia*. México: SEP-INAH, 1978.

ROJAS, E. "Revitalización urbana". En *La Ciudad en el Siglo XXI*. ROJAS, Eduardo. Washington: Robert Daughters Editores, (BID), 1998.

SASSEN, S. *La ciudad global*. Buenos Aires: Ed. EUDEBA, 1999.

TORRES, G. (comp.). *Normas sobre áreas históricas protegidas*. Quito: Ed. IMDMQ, 1994.